

ENTREVISTA

ECONOMIA CRIATIVA E CIDADANIA: ESTADO DE MUTAÇÕES CONSTANTES NO CENÁRIO BAIANO

Sinopse biográfica da entrevistada:

Lídia Rafaela Barbosa dos Santos

Nome de uso social: Lídia Santos

Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Negócios, Graduada em Gestão Pública, Socioeducadora em Direitos Humanos, Economia Plural, Gestão de Negócios Populares e Finanças Solidária. Integrou o núcleo de pesquisadores do Espaço Redes Bahia que se constituiu de uma parceria entre a Petrobras e a Escola de Administração da UFBA e a Equipe Multiprofissional do Centro Público de Economia Solidária do Estado da Bahia. Integra o Grupo de Metodologias do Coletivo de Educadores em Economia Solidária da Bahia e Coordena o Núcleo de Formação do Fórum de Cultura da Bahia, atualmente se dedica a pesquisa das temáticas da Cidadania e Sustentabilidade aplicadas as Economias Populares. É administradora da Dibutu: Assessoria Técnica e desde 2017, realiza consultoria para empresas, organizações sociais e para o estado. É associada voluntária da Associação Soka Gakkai do Brasil.



Resumo: A realização desta entrevista com a socioeducadora e administradora Lídia Rafaela acontece em tempos pandêmicos e de desmanches epistemológicos, científicos e culturais. A entrevista em metodo-

logia qualitativa semiestruturada foi realizada em documento escrito e enviado por e-mail à entrevistada respeitando o distanciamento social e medidas de proteção contra o contágio do Coronavírus 19, em constante mutação no Brasil, e causando mortalidade de milhares de pessoas diariamente. A data de realização foi em abril de 2021, em Salvador-Bahia. O objetivo é conhecer alguns caminhos contemporâneos sobre a Economia Criativa através dos segmentos da Economia Solidária no Brasil e suas contribuições nos processos democráticos e coletivos na contemporaneidade. A entrevistada apresenta os caminhos que a Economia Criativa na Bahia tem realizado para manter a cultura viva e seus produtores ativos econômica e politicamente.

Entrevista concedida a Ana Fátima Cruz dos Santos (Doutoranda pelo programa em Crítica Cultural/UNEB)

Introdução

O desenvolvimento da Economia Criativa e suas redes de apoio têm sido uma estratégia de uma parcela da sociedade civil para equilibrar as disparidades socioeconômicas vividas por empreendedores culturais, de arte-manufaturas e demais produtos da Economia Criativa, em específico, no Brasil. Para trazer essa discussão a partir do lugar de produtora nesse cenário político-cultural contemporâneo, a socioeducadora Lídia Rafaela, além de pontuar a divergência dos conceitos Economia Criativa e Economia Solidária, apresentará o cenário deste setor na Bahia apontando as críticas sobre os mecanismos existentes para conduzir os projetos empreendedores e a manutenção dessa política de desenvolvimento cultural. Para iniciar nossa conversa, explica para nós o conceito de Economia Criativa e como ela está sendo vista nos últimos vinte anos no Brasil.

Lídia Rafaela: A economia criativa é reconhecida como a economia da abundância, pois tem como insumos a criatividade e a inteligência humana, considerados recursos ilimi-

tados. Foi sistematizada na Austrália no ano de 1994, quando o governo por meio de seu Ministério da Cultura criou o conceito de Creative Nation (Nação Criativa) como base de uma política voltada a fomentar o desenvolvimento cultural no país. Essa política tinha como objetivos: encorajar as ideias inovadoras, preservar e desenvolver os patrimônios, incentivar a autoexpressão e a criatividade, bem como, investir na produção e consumo de bens culturais. Não demorou para o conceito de Creative Nation repercutir nos meios acadêmicos e econômicos do mundo (Reino Unido, Estados Unidos, Colômbia, Chile, Espanha, China, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura e Nova Zelândia). No Brasil, o conceito de Economia Criativa surge em 2004 quando da realização da 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), onde ocorreu um painel destinado a apresentar e discutir os impactos positivos da Economia Criativa nos países em desenvolvimento.

A institucionalização da Economia Criativa no Brasil ocorreu em 2011, com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) ligada ao Ministério da Cultura. Enquanto conceito, a Economia Criativa foi definida pela Secretaria de Economia Criativa (SEC), como: “economia” resultante das “dinâmicas culturais, sociais e econômicas constituídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica”.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), responsável pelo Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, realizado bianualmente, a área criativa gerou uma riqueza de R\$155,6 bilhões para a economia brasileira no ano de 2015, constituindo 2,64% do PIB neste mesmo ano e contando com uma indústria criativa composta por cerca de 852 mil profissionais formais.

Em 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o dia 21 de abril como data oficial destinada a celebrar a criatividade em todo o mundo. Com a pandemia do Covid-19, em 2020, surge, de forma mais urgente, a necessidade de investimento na economia digital e na indústria 4.0 como grandes aliados para sobrepujar os desafios econômicos e sociais que se apresentam nesse contexto pandêmico.

A economia solidária pode ser apreendida como uma reunião de alternativas econômicas e políticas inovadoras e ancestrais, que tem por objetivo, apresentar possibilidades viáveis para os problemas resultantes de processos de exclusão. Também pode ser entendida como um jeito diferente de produzir, vender e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo-se e fortalecendo os grupos, cada um pensando no bem dos outros e no próprio bem.

Sobre Economia Solidaria, o professor Paul Singer diz que:

O conceito se refere à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, entre outros, que se relacionam baseados nos princípios democráticos e igualitários da autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo (SINGER, 2003, p. 116).

A Economia Solidária surge na Europa, com o movimento operário, na primeira metade do século XIX, com o objetivo de promover a transformação social a partir do trabalho associado.

Os processos de industrialização e urbanização promoveram a organização de um mercado de trabalho que não possibilita incluir a grande massa de trabalhadores, tornando-o muito mais seletivo e diferenciado, ficando cada vez mais comum a

exclusão por gênero, escolaridade, questões socioeconômicas e etária e à medida que os anos avançavam crescia o número de desempregados e subempregados no Brasil (INCOP-UFOP, 2020).

Visando mitigar os problemas sociais gerados pelo capitalismo excludente e o crescente desemprego, algumas ações baseadas nos princípios da Economia Solidária foram criadas a fim de materializar a utopia da inserção social através do trabalho que foca na dignidade da vida. A saber:

- Anos 90 o surgimento da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP);
- Anos 2000 — surge a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ocorre o lançamento da Agência de Desenvolvimento Solidário;
- Em 2001 — 1º Fórum Social Mundial (FSM), tendo como desdobramento o onde o GT Nacional de Economia Solidária;
- Em 2003 ocorre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), tendo o professor Paul Singer como secretário. A Senaes foi vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tinha na época Jaques Wagner como ministro.

A Senaes constituiu-se como um caminho para a interlocução permanente entre os setores do governo e da sociedade civil que atuavam e atuam em prol da Economia Solidária, apresentando diretrizes, formas de acompanhamento e execução de ações no âmbito de uma política nacional crescente. Contudo, diante de diferentes contextos políticos, a Senaes foi passando por mudanças estruturais (SINGER, 2003)

- 2016, após Temer assumir, a Senaes foi reduzida a subsecretaria, ainda vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

- 2019 — no governo Bolsonaro a Senaes foi vinculada ao Ministério da Cidadania e foi extinta logo no dia 02 de janeiro de 2019.

Com a eleição do antigo ministro do trabalho do governo Lula, ao governo da Bahia, não tardou os pedidos para a inclusão da Economia Solidária ao governo baiano, pedido formalizado pelos empreendimentos vinculados ao Fórum Baiano de Economia Solidária. E assim foi feito, em 2007, de forma inovadora, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), que está atuando até hoje.

Com a Sesol surge também o Programa Bahia Solidária: mais Trabalho e Renda, cujo objetivo é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. A operacionalização do Bahia Solidária é feita através de três coordenações que compõem a Sesol: a Coordenação de Fomento (Cofes), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (Comfis). Além dos empreendimentos urbanos, a parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) proporcionou o investimento e atendimento aos grupos rurais através da Agricultura de Base familiar (IPEA, 2009).

Os Centros Públicos de Economia Solidária, as feiras, os bancos comunitários (Salvador: Banco Santa Luzia; no Uruguai/: Moeda Umoja), as cooperativas de crédito, as moedas sociais e as lojas colaborativas na Rua Afonso Celso, na Barra e nos shoppings Salvador e Salvador Norte, são alguns dos resultados do investimento em Economia Solidária na Bahia.

- 2021 — Os empreendimento Econômicos solidários de diversos seguimentos (Associações, cooperativas, clubes de trocas,

bancos comunitários, feiras, brechós, lojas colaborativas e cooperativas de crédito, etc.), atuam com base nos princípios de: autogestão, democracia, cooperação, diversidade, cuidado com o meio ambiente e respeito ao ser humano. Estima-se que a força da Economia Solidária no Brasil equivalha a 3% do PIB de 2017 (última mensuração nacional), envolvendo três milhões de pessoas, com cerca de 30 mil empreendimentos vinculados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Fbaes). Mesmo diante dos desafios potencializados pela pandemia do Covid 19, os empreendimentos econômico solidários e criativos vem desenvolvendo e exercitando tecnologias de sobrevivência, sejam elas as tecnológicas “duras” como a internet e as redes sociais, sejam as tecnologias sociais que prezam pelas metodologias inclusivas e a educação popular. Seja qual for a preferência, as experiências anteriores, permitem afirmar que as soluções mais perenes estarão calçadas nas escolhas que visem o bem comum.

Como se deu sua escolha em conhecer, integrar e liderar este ramo da economia?

Lídia Rafaela: Eu moro num bairro periférico em Salvador, o bairro de Brotas. Desde pequena tive a oportunidade de vivenciar as diversas possibilidades de relações econômicas: a economia da palavra, ao poder “pegar fiado” algum produto nos estabelecimentos do bairro em nome do meu pai; a economia das trocas, onde minha mãe e minhas tias trocavam produtos e serviços entre si e com as vizinhas; a economia da solidariedade, onde quem tem compartilha com os demais; a economia do “digitório”, onde comumente os homens da comunidade se reuniram para construir e ou re-

formar as casas uns dos outros. A força do trabalho, a solidariedade e a criatividade eram abundantes, apesar da ausência de riqueza material.

Na Escola de Administração da UFBA, onde tive a oportunidade de cursar a graduação Tecnológica em Gestão Pública no ano de 2009 a 2013, fui apresentada a Economia Popular Solidária, por intermédio do professor Genauto França. Pensar uma Economia Inclusiva focada no ser humano baseada em valores como solidariedade, respeito e autogestão, foi amor à primeira vista, e no ano de 2014, tive a oportunidade de integrar a equipe multiprofissional do Centro Público de Economia Solidária (Cesol). Um dos objetivos do Cesol é prestar atendimento especializado para grupos populares de diversos seguimentos e grau de maturidade administrativa.

Nesse processo tive a oportunidade de aprofundar diversos conhecimentos: Desenvolvimento Socioterritorial com a companheira Katia Santos; Viabilidade Econômica de Empreendimentos Populares com o economista e professor Gabriel Kraychete; conhecimento prático em educação ambiental com as cooperativas e associações de coleta seletiva de salvador; Consumo Consciente e autocuidado com o Papo de Mulher, um grupo formado por usuárias dos serviços de saúde mental e pude aprender e trocar com tantos outros atores dessa rede imensa. Hoje integro o Coletivo de Educadoras e Educadores em Economia Solidária da Bahia (Coeduca), o coletivo visa além de fazer o controle social das políticas públicas de economia solidária fomentar, desenvolver e compartilhar conhecimento sobre Educação Popular, Economia Popular Solidária e temas correlatos.

Foi também na UFBA que conheci a Economia Criativa, por intermédio do professor Fabio Ferreira que compartilhou conosco, no ano de 2011 o que havia de novidade no tema, a exemplo da propriedade intelectual e inovações. No final de 2013, após me formar, iniciei um curso no Senac de Brasília, sobre Economia Criativa onde pude aprofundar conhecimen-

to sobre o tema e colocar em prática por meio das formações voltadas aos grupos culturais, rompendo as “bolhas” a partir da convivência com os companheiros dos diversos territórios de identidade. Agradeço, em especial, a Cristina Gonçalves e a Helder Bomfim pela acolhida e paciência. Hoje, atuo como Coordenadora de Formação do Fórum de Cultura da Bahia.

Os desafios não param e me desafiei a aprofundar conhecimento em Gestão Estratégica de Negócios, com o desejo de que esse conhecimento possa vir a contribuir na minha atuação prática. Desde 2017 tenho tido a oportunidade de empreender a partir da criação da Dibutu, que na língua kimbundu quer dizer: abundância. Pensar as economias populares, a gestão de negócios e finanças solidárias através da abundância tem me auxiliado a esperar um novo modo de viver mais inclusivo e justo. A cada formação tenho podido aprender e aprimorar meu fazer trabalho e isso me estimula a acreditar ainda mais, porque eu ensino o que aplico na minha própria vida.

No livro: A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho, são disponibilizados inúmeros exemplos que nos proporcionam refletir sobre processos econômicos capazes de contribuir para a inclusão social, criatividade e autonomia das populações historicamente excluídas. Já no livro Solidariedade e Organizações: pensar uma outra organização, o professor Genauto França Filho, chama atenção para a necessidade e as possibilidades de estabelecer processos (auto) gerenciais que deem conta de pensar as inúmeras formas de fazer economia. Tomando-os como exemplo, tendo a acreditar que podemos sim, construir, fortalecer e ampliar essas economias plurais a fim de estabelecer um modo de viver que nos inclua e nos possibilita enxergar as diversidades como força motriz para o combate das adversidades que nos chegam e que esse momento é agora.

O país em que vivemos atravessa uma crise sanitária, econômica, política e, conforme João Cezar Rocha, uma

Guerra Cultural anunciada e repleta de porquês calçados no berço de nossa política governista. A senhora também acredita que a Economia Criativa vivencia uma crise?

Lídia Rafaela: O governo federal atual escolheu como modelo de desenvolvimento o neoliberalismo que, como bem sabemos, é notadamente voltado ao desenvolvimento econômico e infelizmente preconiza o estabelecimento de valores que visam destruir exatamente as bases da economia criativa, quando enfraquece por meio da exacerbada valorização do capital financeiro e econômico, o capital humano e por conseguinte a sua rica diversidade cultural. Através do estabelecimento de uma narrativa universal, o estado tem buscado implementar um modelo de sociedade que exclui e macula tanto a identidade e a criatividade quanto a inteligência coletiva dos povos brasileiros, com isso, abre mão de um aliado importante. Como bem demonstra a Firjan em seus relatórios, a Economia Criativa ajudou e ainda tem muito a contribuir com a retomada do crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento social no país, através da geração de emprego e renda.

O pensador francês, Félix Guattari, expõe a dimensão da cultura enquanto a alma ou a identidade cultural de um povo. Conceito apreendido e aplicado pelos empreendimentos das economias populares, que tem como premissa o respeito à democracia e a diversidade. Por isso, será natural encontrar em um empreendimento coletivo, produtos de diversas matrizes culturais e seus produtores convivendo em harmonia, assim como acontece, por exemplo, nas lojas da Rede de Comercialização Recosol, instalada numa loja de um grande shopping em Salvador, onde produtos de matriz africanas são comercializados pelas vendedoras plantonistas de outras matrizes religiosas e vice-versa.

Portanto, não será possível pensar em Brasil forte e próspero, sem incluir, respeitar as diversidades e propiciar meios de vida digna para seu povo, sobretudo, para as populações indígenas e negras, historicamente excluídas e violen-

tadas. A população brasileira é resultado de uma rica mistura cultural, esse fato deve ser compreendido como valor e não como ameaça.

O setor da Economia Criativa aqui no Brasil apresentou crescimento vertiginoso na primeira década do século XXI. Seria uma interferência direta de quais ações políticas?

Lídia Rafaela: A primeira década do século 21, compreende os mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) onde havia uma preocupação de garantir que as políticas públicas fossem implementadas de maneira a criar uma base de sustentação para demais, assim sendo, compartilho algumas que acredito terem sido de grande relevância, são elas: as políticas públicas de assistência social, como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida; as de geração de emprego e renda como a agricultura familiar e a economia solidária, que contribuíram tanto para alavancar a economia, sobretudo as economias locais, quanto para a mudança no modo de vida da população, outrora focado basicamente na subsistência, proporcionando uma outra relação de produção e consumo de bens e serviços até então inacessíveis (cinema, roupas, shows, restaurantes, eletroeletrônicos, livros etc.). As políticas educativas como a criação e ampliação de vagas na universidade e nas escolas técnicas, somadas as políticas de reparação como as cotas, propiciaram a inclusão de populações historicamente excluídas a exemplo das populações indígenas e quilombolas, e estas puderam a partir disto, disputar e ocupar cargos de mais alto projeção econômica e social, ocasionando uma mudança radical na realidade financeira das suas famílias. Além disso, as políticas de acesso à cultura possibilitaram a formação de público e fomentaram também o fortalecimento e a criação de novos negócios culturais. Bem como o investimento em ciência e tecnologia que possibilitou a abertura de novos nichos de atuação e uma maior autonomia em relação à produção de conhecimento. Essa confluência de políti-

cas públicas, contribuíram, cada qual a seu modo, para o desenvolvimento das indústrias culturais que, de acordo com os relatórios da Firjan, cresceram consideravelmente e foram responsáveis pela geração de emprego e renda.

Continuando a questão anterior, como desenvolver uma Economia Criativa respeitando aspectos da cidadania e com recursos tecnológicos ecologicamente sustentáveis? Seria isto uma Utopia?

Lídia Rafaela: Bem, é sabido que o sistema capitalista privilegia e estimula modos de viver que avivam o individualismo, o desrespeito às relações saudáveis com o meio ambiente e com as pessoas. Na contramão dessa lógica destrutiva, podemos testemunhar o esforço coletivo, visando criar alternativas a esse modo de vida que só visa o aspecto econômico, jogando luz e apontando caminhos para o estabelecimento de um modo de viver que respeite e preze também os aspectos sociais e ambientais.

Tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como timoneiro, os países membros estão sendo estimulados a trocar experiências e a pensar globalmente em ações, que aplicadas localmente têm o poder de mudar essa lógica deletéria em curso. No ano de 1992, com realização da Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi inserido na agenda mundial. Nessa conferência, 178 países adotaram um plano de ação intitulado Agenda 2030, visando estabelecer parcerias e promover o desenvolvimento sustentável. Deste modo, em 2000 surgiram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), por meio da Declaração do Milênio das Nações Unidas e foi adotada pelos 191 países membros, incluindo o Brasil. O documento era composto por 8 objetivos que abarcavam setores como educação, gênero, raça, justiça social e meio ambiente e 21 metas, mensurados e comparados entre os países por meio de 60 indicadores a serem implementados até o ano de 2015.

No ano de 2002, ocorreu em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável,

mais conhecida como Rio+10 e possibilitou o reforço dos compromissos traçados em 1992. Em 2012, acontece a tão aguardada Rio+20, no Rio de Janeiro. Nesta conferência foi acordado o documento intitulado: “O futuro que queremos” (“The future we want”), base da criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 25 de setembro de 2015, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, o que era uma agenda, vira um plano global de desenvolvimento, com metas amplas e interdependentes, apesar de cada uma das metas contar com uma lista de ações independentes.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trata-se de um plano de desenvolvimento que abrange questões ambientais, sociais e econômicas, cujas temáticas são: água, saneamento, consumo, trabalho, igualdade de gênero e aquecimento global. É composto por 17 objetivos e 169 metas, mensurados e comparados entre os países por meio de 231 indicadores a serem implementados até o ano de 2030.

Diferente dos ODM cuja responsabilidades de implementação estavam focadas nos estados e empresas, os ODS ampliam a quantidade de atores incluindo organizações da sociedade civil na rota de implementadores de transformação. Para tanto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) promove o Projeto Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a exemplo do que ocorre desde 2019 com a realização do curso intitulado “Integrando a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. O curso é realizado pelo PNUD, em parceria com a Petrobrás, e é voltado para os governos, empresas e sociedade civil. Visando contribuir para o fortalecimento de capacidades e a promoção da formação cidadã dos participantes, por meio do oferecimento de conhecimentos básicos e essenciais sobre a Agenda 2030, os 17 ODS e as 169 metas a serem alcançadas, cujo tempo de duração média é de 12h.

Como forma de auxiliar e conscientizar os governos sobre a importância da inclusão das metas em seus planejamentos, o projeto prevê a realização de um Diagnóstico Municipal de Indicadores e uma Avaliação Rápida Integrada do Plano Pluri Anual (PPA) dos municípios à luz dos ODS. No último dia 16 de abril de 2021, das 09 às 12h, foi realizado um Webinar para apresentar os documentos relativos à cidade de Salvador, com objetivo de nortear a elaboração do próximo PPA que ocorrerá neste ano de 2021. Esse evento contou com a participação de representantes da PNUD, da Petrobras, da vice-prefeita de Salvador e da sociedade civil.

São inúmeros os atores pensando e agindo em prol dessa utopia do mundo socialmente mais justo, viável e sustentável econômica e ambientalmente, além de politicamente democrático e culturalmente diverso. Como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são mais inclusivos, possibilitam o protagonismo dessa diversidade de olhares e com isso, todas as ações vindas de todos os lugares são bem-vindas. Assim incentivando a valorização das atividades realizadas pelos grupos “identitários”, que estão nos quilombos, aldeias, casas de candomblés, igrejas, creches comunitárias, associação de moradores, cooperativas e nas comunidades periféricas. E desenvolvem diariamente ações de preservação do meio ambiente, fortalecimento da cultura, geração de emprego e renda, cuidados com a saúde, contribuem para a sustentabilidade de seus membros e dos seus territórios de atuação e tem neste momento a oportunidade de protagonizar esse processo de implementação e/ou reconhecimento de suas atividades tomando como base os ODS.

Qual seu projeto atual buscando a produção em rede de forma colaborativa e contemplando representatividades identitárias?

Lidia Rafaela: O educador e patrono da educação brasileira, Paulo Freire, em seu livro: Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Afirma que:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000).

Assim, pensar a sustentabilidade em organizações sociais no pós-pandemia, foi a inquietação que conduziu a elaboração do meu projeto de conclusão do curso de ativismo na Escola Beatriz Nascimento/Instituto Odara, agora no ano de 2021 e que me estimulou também a ingressar numa especialização em gestão de negócios.

A pandemia ocasionou, a descontinuidade e cancelamento de atividades dessas e nessas organizações, impactando os seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais. O projeto, a partir das ações já realizadas pelas e nas organizações, visa fortalecer, ampliar e propor atividades que contribuam com a sustentabilidade desses empreendimentos, referendando-as com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A escolha de endossar as ações com base nos ODS, busca reconhecer e valorizar essas organizações enquanto promotoras históricas de atividades sustentáveis e não de engessar suas ações, uma vez que as organizações sociais, sejam elas religiosas ou não, tem como premissa em suas atividades o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, além de pensar meios de garantir a sua sustentabilidade e a dos seus membros.

A pandemia do Coronavírus 19 ressignificou muitos comportamentos. A economia refletiu as desigualdades sociais e raciais alarmantes no Brasil. Existiu “ginga” dos pequenos empreendedores nestes dilatados quinze meses de atravessamentos como quarentena, lockdown, medidas de segurança sanitária?

Lidia Rafaela: Em seu livro, *A Pedagogia da Encruzilhada*, Luiz Rufino chama atenção para a necessidade de compreender de que maneira a colonialidade influencia a vida das comunidades historicamente excluídas e o quanto elas precisam reavivar seus conhecimentos ancestrais para vencer as demandas. Luiz Rufino, afirma:

Esse fenômeno, que prefiro chamar de marafunda ou carregó colonial, compreende-se como sendo a condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno-europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder (RUFINO, 2019).

As desigualdades sociais, raciais e de gênero, sempre se colocaram como algo a ser superado e são diversas as formas de fazê-lo. Em seu livro o autor também apresenta uma saída a qual ele denomina de encruzilhada: “A própria noção de encruzilhada é um saber praticado ancestralmente que aqui é lançado como disponibilidade para novos horizontes que reivindicam a sofisticação de um mundo plural, pujante e vigoroso, contrário e combativo ao desencanto do mundo” (RUFINO, 2019).

Por isso mesmo, diante dos mais árduos acontecimentos, essas populações buscam formas de sobreviver e sobre purgar os desafios. Mesmo com a pandemia mundial em curso, tem estudos que demonstram o crescimento de empreendimentos populares, muitos alocados em espaços até então impensados como as redes sociais, onde muitos empreendedores realizaram eventos virtuais (shows, aulas,

eventos gastronômicos e de moda), criaram suas lojas virtuais individuais e coletivas de diversos segmentos, os produtos e serviços foram remodelados seguindo as orientações sanitárias. As páginas das redes sociais até então voltadas a compartilhar os acontecimentos diários da vida pessoal, hoje são destinadas a publicizar os produtos, acertar as vendas e combinar as entregas. O sucesso foi tamanho que as grandes lojas, incluindo as lojas de shopping adotaram a estratégia para garantir as vendas nos períodos de fechamento do comércio, além da organização dos processos de trabalhos, visando a prestar serviços delivery e a adesão às lojas físicas colaborativas.

A criação de novos negócios como a confecção e venda de máscaras e toucas cresceram consideravelmente. Além da resignificação da comercialização de produtos, como os alimentos que agora vem acompanhado de itens como álcool em gel.

Como incentivar o/a empreendedor/empreendedora a investir na Economia Criativa?

Lídia Rafaela: Para empreender é preciso compreender o que de fato isso significa:

Empreender, antes de tudo, é saber reconhecer oportunidades, avaliar o valor dos negócios (para o mercado, para o cliente), ter ideias e usar sua criatividade para transformar oportunidades de negócio com a preocupação voltada a um desenvolvimento sustentável, preservando recursos escassos da natureza, protegendo o meio ambiente e reduzindo a pobreza. Em outras palavras, o empreendedorismo promove um círculo virtuoso riqueza humana — competitividade — riqueza econômica (DEGEN, 2009; LEITE, 2012).

A partir disso é assumir a responsabilidade pela criação da ambiência necessária para obter êxito nos negócios. Segue alguns pontos capazes de contribuir para a criação do

ambiente favorável, a saber: definir o que sabe fazer de melhor e o que deseja realizar, escolher representantes comprometidos com a educação, cultura, democracia, justiça social e assim poder garantir os investimentos necessários (técnicos, tecnológicos, financeiros, comunicação dentre outros), criando então, a ambiência favorável à realização do seu fazer trabalho de maneira decente e justa; cobrar esses investimentos por meio do acompanhamento e participação nas suas associações de classes, fóruns, conselhos e demais espaços voltados ao controle social das políticas públicas (se não houver espaço, vale a pena criá-los), se permitindo o constante aprimoramento e o desafio diário do exercício pleno da criatividade; fazendo uso dos muitos recursos disponíveis, exemplo da internet, aplicativos, redes sociais, estudos, trocar experiências e criar redes, visando complementar atividades ou mesmo realizá-las em conjunto. É importante salientar que foi preciso a pandemia para muitos empreendedores resignificarem seus negócios, e já que a produção está mudando, porque não mudar o consumo também, consumindo serviços e bens culturais, fortalecendo e incentivando os empreendimentos, principalmente de quem está perto?

Quais têm sido os desafios de empreender numa Economia Criativa, Solidária com investimento nas artes?

Lídia Rafaela: Empreender em qualquer área é um grande desafio, uma vez que exige além da dedicação, o processo criativo. É necessário focar na produção, gestão, captação de recursos e na comercialização de bens e serviços.

Nas formações voltadas para os empreendimentos ligados às artes, a reclamação geral recebida nos encontros era a falta de recursos financeiros. No entanto, no processo era verificado que muitas vezes o entrave estava na gestão, na comercialização ou mesmo na produção. A partir desses encontros era possível constatar que os participantes já apresentavam um olhar mais ampliado sobre o fazer e isso ajuda-

va a compreender quais caminhos trilhar e quais os recursos necessários para além dos financeiros.

É preciso sinalizar, que o exemplo que citei, diz respeito a experiências em que o empreendedorismo foi uma escolha. É comum numa tentativa de naturalizar o empreendedorismo de subsistência/necessidade, fazer crer que os empreendedores escolheram empreender quando na verdade, essa ação se dá como forma de fugir do crescente desemprego e visa garantir a sobrevivência individual e/ou familiar.

Estudos do Sebrae apontam que existem 48 milhões de empreendedores no Brasil, e desse número 44% empreendem por necessidade. O fato de precisar dedicar-se prioritariamente à geração de renda, esses empreendedores ficam impossibilitados de realizar uma reflexão sobre o negócio, o estabelecimento de processos de trabalho e de se dedicar a qualificações que certamente auxiliam a produzir mais e melhor. Ainda que os estudos apontem que os números de empreendimentos abertos aumentem, sobretudo em períodos de crises, é preciso ampliar apoio para os empreendedores, sejam eles técnicos, tecnológicos, educativos e financeiros, sejam eles advindos das legislações (Lei Aldir Blanc, Incentivo à Cultura), Sebrae, bancos com linhas de crédito especiais, das universidades, organizações sociais e todos os atores dispostos a contribuir e apoiar.

A economia da cultura tende a ser pulverizada com os assédios do extrativismo selvagem na região Norte brasileira? Ou temos alternativas de respiro dentro da estrutura democrática contemporânea? Se sim, quais seriam?

Lídia Rafaela: Desde 2016 as políticas públicas de apoio às economias populares fomentadas pelo Estado, Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e Secretaria de Economia Criativa (SEC), sofrem com o constante desmonte e até a extinção de serviços, mesmo com estudos

demonstrando sua relevância sobretudo na geração de emprego e renda. No Norte, por exemplo, Belém, em 2018, foi reconhecida como capital da Economia Criativa, contando com o investimento e instalação de empresas importantes da área de tecnologia. Ainda assim, o governo atual escolheu o neoliberalismo, que tem contribuído para acentuar as desigualdades sociais, aumentar o desemprego e acirrar os conflitos provocados pela invasão de terras reservadas aos indígenas e quilombolas e pelo extrativismo vegetal, animal e mineral realizado de forma inadequada e sem as devidas autorizações. O modelo neoliberal tem se mostrado incompatível com os valores praticados pelas economias populares, que tem na democracia, na valorização do ser humano e do meio ambiente suas premissas, e concebem o dinheiro como meio e não um fim.

Mesmo diante desses desafios, as Economias Populares têm buscado alternativas para manter ativas suas atividades e têm nas redes interorganizacionais sua mais relevante forma de atuação. Sobre as redes, Francisco Silva define como:

As redes interorganizacionais são arranjos formados por duas ou mais organizações, por vezes distintas em natureza e finalidade, conectadas por propósitos comuns ou complementares, que se inter-relacionam direta ou indiretamente. Considerando que as organizações são construções sociais tecidas pela ação coletiva, o termo redes interorganizacionais diz respeito tanto às relações estabelecidas entre os atores diversos quanto à estrutura organizacional que estas forjam. Emergem no contexto social contemporâneo como estrutura adequada para viabilizar relações de colaboração entre organizações e lidar com as incertezas ambientais, sendo tais relações caracterizadas pelo hibridismo, complexidade e intercomplementaridade (ALTER; HAGE, 1993).

Destacam-se as redes: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Recosol, Fórum Baiano de Economia Solidária, Coeduca-Bahia, Unisol (BA), Turisol, Rede de Turismo Regional (Retur/PR), Rede Cearense de Turismo Comunitário — Tucum, Rede Nhandereko (RJ), Rede Batuc (BA), Rede Artesol, Cata Bahia, Rede Brasileira de Bancos Comunitários — Instituto Palmas (PE), Rede de Cozinhas Solidárias (MTST), dentre outras.

Quais dicas ou sugestões a senhora daria para a existência e resistência de empresas que acreditam na Economia Criativa aliada à democracia e cooperatividade?

Lídia Rafaela: Em razão desse cenário de incertezas potencializado pela pandemia da Covid 19, é necessário reavaliar o negócio, buscando refletir sobre as questões de produção, os custos, as matérias primas, as possibilidades de comercialização, as formas de pagamentos disponibilizadas. Analisar também o mercado, como está o mercado em que seu produto ou serviço está inserido? O que pode ser feito para melhorar e inovar o seu produto ou serviço? E aqui aproveito para dar o exemplo de um vendedor de água mineral, Paulo Cruz, que foi apelidado de Gil. Ele trabalha na região conhecida como Aquidabã, aqui em Salvador e se destacou por manter o preço justo do produto, mesmo oferecendo ao cliente a possibilidade de pagar com cartão de crédito e oferecer a todos os clientes abordados, um pouco de álcool em gel. O sucesso do empreendedor foi tamanho que ele recebeu o carinho e atenção da imprensa local e teve seu faturamento aumentado mesmo nesse período de pandemia.

Outro aspecto refere-se à atuação coletiva, é sabido que tem pessoas que prefere empreender individualmente e não há mal nenhum nisso. No entanto, é crescente o número de ações de incentivos voltados à atuação coletiva informal como coletivos, fóruns, grupos, ou de maneira formal, associado ou cooperativado em algum grupo. Vale salientar que a atuação em rede independe de ser um empreendimento

formalizado ou não, se for formalizado facilita na hora de firmar parcerias, principalmente com o Estado.

Sinta-se à vontade para deixar algum comentário que não tenha sido contemplado em nossas questões

Lídia Rafaela: Só agradeço a oportunidade de refletir sobre essas temáticas, acredito que elas são capazes de contribuir para o estabelecimento de outras formas de pensar a inserção sócio produtiva, a geração de renda e modos de produzir, consumir e viver tendo a sustentabilidade como base da concretização dos nossos sonhos sem nos descuidarmos dos cuidados com as gerações futuras. Aproveito para compartilhar algumas frases do educador Paulo Freire, que tem me inspirado nesse momento desafiador:

O presente é história, é histórico, pois é feito de ações, decisões, incertezas, descobertas. E o futuro é feito destes sonhos, possíveis somente no presente (FREIRE, 1988).

Este devir histórico que se materializa diuturnamente nas descobertas das limitações e na impulsão para o novo é o transformar-se historicamente, cada qual atuando com seu papel, protagonista da própria história (FREIRE, 1988; JAPIASSU, 2001).

Referências:

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: Contexto histórico, avanços e obstáculos. INCOP-UFOP. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos#:~:text=A%20Senaes%20constituiu%20Dse%20como,de%20uma%20pol%C3%ADtica%20nacional%20cresce nte>.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO DA BAHIA: Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4068/1/bmt39_07_ES2Helb eth_Tatiana_Ludmila.pdf.

EMPREENDEDORISMO NA PANDEMIA. *O caso de Gil vendedor de água*. Disponível em: [https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/100217,gil-](https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/100217,gil-188)

engendra-vendedor-de-agua-mineral-no-aquidaba-e-exemplo-na-pandemia?fbclid=IwAR3OtnlDNx87bDi9JxTxushVDxEXgLTroNgeEoBEtj8xhz61-5FqHG_IHo <https://www.rededegestoresecosol.org.br>.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan): <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://fbes.org.br/>.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Solidariedade e organizações: pensar uma outra organização/ Genauto Carvalho de França Filho, Phillippe Eynaud*. Salvador: EDUFBA; Ateliê de Humanidades, 2020. 297p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

ODS. *O Diagnóstico Situacional ODS do Município de Salvador e uma Avaliação Rápida Integrada do PPA Salvador à Luz dos ODS* (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1_BpPlyBMulqVjP6jgqeQvdBRIQWvTw3U?usp=sharing.

OLIVEIRA, Arcanjo. *A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/To7Perseu13.ARCANJOLIVEIRA.pdf>.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 164p.

SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. Redes interorganizacionais. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 155-158.

Site Sobre Grupos de Economia Solidária: <https://cirandas.net/search/enterprises>.

SOUZA, André Ricardo de; ZANIN, Maria. *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho*. São Paulo: EduFs, 2017. 266p.

[Recebido: 29 abr. 2021 — Aceito: 10 jun. 2021]